# COMISSÃO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

### 2ª Reunião Ordinária 02 de Junho de 2009 às 14:30 horas no Plenário D. Pedro I.

Presidente: Deputado Chico Sardelli

Item	Proposição	Autor	OBJETO	Relator	Parecer	Vista
1	Projeto de lei 282/2007	Deputado Rodolfo Costa e Silva	Institui a separação dos resíduos recicláveis, descartados pelos órgãos e instituições da administração pública estadual, na fonte geradora e a sua destinação às associações e/ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis.	Deputado Milton Leite Filho	favorável	C.A.
2	Projeto de lei 33/2008	Deputado Paulo Alexandre Barbosa	Institui normas e procedimentos para a reciclagem, gerenciamento e destinação final de lixo tecnológico.	Deputado Rodolfo Costa e Silva	favoravel ao projeto na forma do substitutivo ora apresentado.	R.C.e.S.
3	Projeto de lei 531/2008	CPI da Queima da Palha da Cana-de-açúcar	Altera dispositivos da Lei nº 11.241, de 2002, que dispõe sobre a eliminação gradativa da queima da palha da cana-de-açúcar.	Deputado Rodolfo Costa e Silva	favorável ao Projeto de Lei e contrário à emenda nº 1	R.C.e.S.
4	Projeto de lei 724/2008	Deputado Carlos Giannazi	Autoriza a Fundação Parque Zoológico de São Paulo a não cobrar ingressos de alunos de escolas públicas estaduais e municipais do Estado.	Deputado Lelis Trajano	favorável	

# COMISSÃO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

# PAUTA PARA DELIBERAÇÃO CONCLUSIVA

## 2ª Reunião Ordinária 02 de Junho de 2009 às 14:30 horas no Plenário D. Pedro I.

# Presidente: Deputado Chico Sardelli

Item	Proposição	Autor	OBJETO	Relator	Parecer	Vista
5	Moção 0091/2001	Deputado Vitor Sapienza	(CONCLUSIVA) Apela para o Sr. Presidente da República no sentido de regulamentar uma política nacional de recolhimento e reciclagem de lâmpadas fluorescentes.			
6	Moção 0111/2001	Deputada Maria do Carmo Piunti	(CONCLUSIVA) Apela para os Srs. Presidentes da República, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados a fim de retirarem o Projeto de Lei nº4147, de 2001, da pauta de votação, para que os municípios e a sociedade possam debatê-lo melhor e contribuir para o seu aprimoramento.			
7	Moção 0007/2002	Deputado Valdomiro Lopes	(CONCLUSIVA) Apela para o Sr. Presidente da República afim de proibir a criação de camarões em cativeiros, a menos de 200 metros da costa ou em áreas de manguezais.			
8	Moção 0019/2002	Deputado Arnaldo Jardim	(CONCLUSIVA) Apela para o Sr. Presidente do Congresso Nacional a fim de aprovar a autorização ao Sr. Presidente da República para a ratificação do Brasil ao protocolo de Kyoto.			

		T	1	T	
9	Moção 0043/2003	Deputado Donisete Braga	(CONCLUSIVA) Apela para os Srs. Presidentes da República, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados a fim de disciplinarem a produção, a comercialização, a importação e a disposição final das lâmpadas fluorescentes.		
10	Moção 0133/2003	Deputado Donisete Braga	(CONCLUSIVA) Apela ao Congresso Nacional para editar lei que obrigue empreendimentos cuja atividade é potencialmente poluidora a ter no quadro funcional um técnico em meio ambiente.		
11	Moção 0020/2004	Deputado Afonso Lobato	(CONCLUSIVA) Apela para o Sr. Presidente da Republica a fim de criar "Grupo de Trabalho Interministerial" para viabilizar acordos bilaterais e multilaterais que permitam aos municípios e empresas responsáveis pela emissão de gases, objetivando a recuperação da atmosfera que envolve o Planeta Terra, permitindo a redução do denominado "efeito estufa".		
12	Moção 21/2005	Deputado Donisete Braga	(CONCLUSIVA) Aplaude a Associação para o Restabelecimento da Dignidade Humana - HUMANIZAR por instituir a Comenda Soberana Ordem Internacional de Ecologia "Emilio Miguel Abellá" e o Certificado Empresa Amiga da Ecologia.		
13	Moção 55/2005	Deputado Giba Marson	(CONCLUSIVA) Apela para o Sr. Presidente da República a fim de determinar, aos ministérios do Meio Ambiente e da Defesa, a adoção de medidas, que especifica, para a utilização do Arquipélago de Alcatrazes.		

Item 14-Requerimento dos Senhores Deputados Hamilton Pereira e José Zico Prado solicitando o apoio desta Comissão para a realização de um Seminário, proposto pela União dos Moradores da Juréia, para discutir a experiência da Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá. O título sugerido para o Seminário é: "Reserva de Desenvolvimento Sustentável: Gestão Participativa e Integração dos Povos da Amazônia e Mata Atlântica", com data prevista para 16 de junho de 2009, a partir das 14h.

Item 15-Requerimento do Senhor Deputado Hamilton Pereira solicitando a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos, em data a ser definida, com a finalidade de discutir e assegurar os direitos das populações tradicionais e moradores das Unidades de Conservação do Estado de São Paulo. Solicita-se o envio de convite ao Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente de São Paulo.

Item 16- Com base no relatório da CPI das áreas contaminadas é apresentado Requerimento do Senhor Deputado Rodolfo Costa e Silva, solicitando a realização de audiência pública a fim de tratar da atual situação de contaminação ambiental em Paulínia, na qual estiveram envolvidas as empresas Shell do Brasil e Basf. Requer-se a expedição de convites para: representantes da associação dos moradores, autoridades estaduais, municipais, Ministério Público do Trabalho e dos médicos Dr. Igor e Dra. Cláudia, que atenderam a população afetada.

Item 17-Requerimento, do Senhor Deputado Rodolfo Costa e Silva, solicitando o envio de convite ao Sr. Presidente da CETESB, Dr. Fernando Rei, a fim de que proceda, diante desta Comissão, à exposição sobre o PL 368, de 2005, que estabelece diretrizes e procedimentos para a proteção da qualidade do solo e gerenciamento das áreas contaminadas, de autoria do Governador do Estado. Assevera o autor que a aprovação do referido Projeto faz parte das conclusões do relatório da "CPI das áreas contaminadas" sendo uma das providências necessárias para enfrentar esta questão no Estado.

Item 18-Ofício nº 216/09, assinado pelo Sr. Marcos Monti, Presidente da Associação Paulista de Municípios, enviado à Presidência deste Parlamento e distribuído a esta Comissão, contendo as seguintes reivindicações formuladas pela Câmara Municipal de Ibiúna, que foram aprovadas no 53º Congresso Estadual de Municípios, realizado em Santos: 1- a elaboração de legislação regular que autorize a ligação de energia em qualquer empreendimento, somente com anuência formal do Poder Público Municipal; 2-A realização de estudos necessários para a criação de uma legislação similar em todo o Estado, com o propósito de alcançar objetivos para conservação das nascentes, rios e córregos, bem como incentivar os produtores rurais a se fixarem em suas propriedades.

#### Para ciência dos Senhores Deputados

Item 19- Ofício nº 15/09, de 17/3/2009, da Central de Atendimento ao Cidadão, encaminhando reclamação, em face da Petrobrás, do Sr. Agnaldo Alberto Peres Parreira.

Item 20- Expediente, de 9/3/2009, enviado pela AES Tietê S.A., através do Diretor de Meio Ambiente e Créditos de Carbono, Sr. Demóstenes Barbosa da Silva, apresentando o Projeto "Reflorestamento com espécies nativas das bordas dos Reservatórios da AES Tietê" que pode ser encontrado no endereço eletrônico http://www.aestiete.com.br. Informa que comentários por ventura considerados necessários por este Parlamento serão bem recebidos por aquela empresa.

Item 21- Ofício da Câmara Municipal de Mauá (n° 375-09), encaminhando cópia da Moção n° 23/2009, de autoria do Vereador Adimar José Silva, pela qual solicita providências visando a elaboração de projeto de lei que relacione medidas de incentivos fiscais, econômicos e sociais para os que desenvolvem o trabalho de reciclagem de papel.

Item 22- Expediente, enviado por e-mail, do Sr. Sourak Aranha Borralho, Coordenador Executivo da III Conferência Estadual do Meio Ambiente (CEMA), trazendo as seguintes solicitações: 1)que o documento contendo propostas extraídas da III CEMA seja utilizado como referência na discussão do Projeto de Lei nº 1/2009, que trata da Política Estadual de Mudanças Climáticas; 2)A confecção de uma agenda de audiências públicas para discussão do referido Projeto, visando democratizar a sua tramitação por se tratar de matéria relevante, que diz respeito à qualidade de vida da sociedade paulista.

Item 23- Expediente, de 28/5/2009, enviado pela MINERAÇÃO TABOCA S.A., encaminhando respostas (com documentos anexados) às questões formuladas pela CPI das Contaminações Ambientais, cujos trabalhos expiraram em 16 de abril p.p. Coloca-se à disposição desta Comissão para informações adicionais caso se considere necessário.